Ata da Centésima Quarta Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Secretaria da Cultura, realizada em 20 de outubro de mil novecentos e oitenta e três.

Às quinze e trinta horas do dia vinte de outubro de mil novecentos e oitenta e três, no Salão Portinari, localizado no segundo andar do Palácio da Cultura, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a Presidência do Senhor Liapoan Cavalcanti de Lyra, Secretário do Conselho, em substituição ao senhor Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Presidente, impossibilitado de comparecer por motivo de força maior, e na presença dos Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Eduardo Kneese de Mello, Gilberto Ferrez, Maria Beltrão, Gilberto Velho, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Gerardo Britto Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Solon Reontsinis, substituindo o Diretor do Museu Nacional, Aloísio Magalhães de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Alfredo Galvão, Max Justo Guedes, José Mindlin e Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial. O Presidente abriu a reunião transmitindo as desculpas do Dr. Vilaça pela ausência, e comunicando que o único processo a ser examinado seria o de nº 1.093-T-83, apenso aos processos 464-T-52 e 684-T-62, e referente a re-ratificação das áreas tombadas no Centro Histórico da Cidade de Salvador, Bahia, nos subdistritos de Sé e Passo e de Conceição da Praia (parte processo 464-T-52) e de trechos das ruas Carneiro de Campos, Sodré e travessa Aquino Gaspar (processo nº 684-T-52), bem como o tombamento de novas áreas que,

complementando as anteriores, deverão redefinir o Centro Histórico da Cidade. Esclareceu que o processo representa um esforço de reunir os trabalhos das áreas federal, estadual e municipal, tendo a equipe por ele responsável sido formada por técnicos da 5ª Diretoria Regional da SPHAN, da OCEPLAN (órgão municipal, encarregado do planejamento da cidade de Salvador), do SPHAC (órgão do patrimônio do Estado da Bahia), e do CEAB (órgão da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia). Acrescentou que o Processo, posteriormente, será apresentado à Unesco, devendo entrar na pauta deste ano do Conselho do Patrimônio Mundial, para julgamento no ano próximo. Destacou ter sido objeto de análise por parte da Câmara Municipal de Salvador, a fixação de novos limites, ampliando a área de preservação e incorporando as áreas de entorno às mesmas. Desta forma, como produto do esforço conjunto para a disciplina valorização do Centro Histórico, foram compatibilizadas, através de Decreto Municipal, as indicações dos órgãos federais e estaduais sobre o assunto. De acordo com aquele Decreto, as áreas tombadas a nível Federal e estadual, já têm proteção para os respectivos entornos inserida na legislação municipal. Solicitou, em seguida, ao Conselheiro Pedro Calmon, Relator da matéria, que fizesse uso da palavra, para apresentar seu parecer ao Conselho. O Conselheiro Pedro Calmon iniciou dizendo conhecer a área estudada profundamente, por a ter palmilhado durante sua meninice e juventude, quando morava em Salvador. Observou que o projeto ora apresentado, que, a princípio poderia parecer excessivo, é, bem ao contrário, ainda insuficiente, por deixar de fora as áreas de N. Sra. da Palma e da Saúde, com suas admiráveis igrejas. Reportando-se à proposta apresentada, resumida

em informação da arquiteta da Sintoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, Dora Alcântara, disse não pretender alterá-la, para não retardar diligências e por merecer ela, o aplauso do Conselho, fruto que foi do laborioso estudo de técnicos federais, estaduais e municipais. Afirmou ser a cidade de Salvador um capítulo próprio e grandioso da colonização portuguêsa, no qual sobejam monumentos que exigem preservação cautelosa e valorização adequada. Propôs que a equipe que elaborou o projeto o complete solicitando à Câmara de Vereadores a revisão da nomenclatura das ruas a fim de que seus nomes coincidam, como o eram antigamente, e tanto quanto possível, com o ambiente que se pretende conservar. Considerou também plenamente justificada a apresentação do projeto Unesco, para elevação da cidade à categoria de Monumento da Humanidade, fazendo-se justiça assim a "este tesouro de arte e história".

O Conselheiro Gilberto Ferrez, apoiando a proposta, observou que, com relação aos nomes das ruas, e para não complicar ou encarecer as providências, poder-se-ia propor que o nome antigo figurasse entre parêntesis, abaixo do nome atual, nas placas das ruas. O Presidente colocou a proposta de re-ratificação do tombamento e de redefinição do Centro Histórico em votação, tendo sido ela aprovada, pela unanimidade do Conselho. Prosseguindo, o Presidente informou que a SPHAN se encarregará de providenciar, através da 5ª DR, o encaminhamento à Câmara de Vereadores da sugestão relativa aos nomes das ruas, apresentada pelo Conselheiro Relator, e de promover estudos visando à posterior inclusão das áreas adjacentes de N. Sra dos Palmas e dos Saúde, na área

tombada. Passando ao assunto seguinte o Presidente comunicou que o parecer dos técnicos da Unesco relativo à inclusão de Missões na Lista de Patrimonio Mundial, foi favorável, o que não significa, no entanto, a aprovação da proposta, por ter o parecer técnico caráter meramente informativo, realizando-se a votação final em dezembro próximo, em Florença. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello pediu a palavra para propor uma homenagem ao Professor Américo Simas Filho, falecido, o qual dedicou sua vida ao estudo dos monumentos da Bahia, tendo lutado sempre por sua preservação, além de ter sido o fundador do Centro de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Arquitetura daquele Estado. O Presidente, apoiando a moção, comunicou achar-se presente à reunião, coincidentemente, o filho do Professor Simas, arquiteto Eduardo Simas, o qual além de ser um dos mais competentes servidores da 5ª DR. da SPHAN, participou da equipe responsável pelo trabalho sobre o Centro de Salvador, ora apresentado. Vários Conselheiros cumprimentaram o arquiteto e manifestaram sua admiração pela obra e figura do seu pai digo do seu pai. A homenagem ao Professor Américo Simas Filho teve a adesão de todos os Conselheiros. Passando ao assunto seguinte, o Presidente mostrou aos conselheiros os modelos dos aerogramas a serem distribuidos em número de 15 milhões, pelos Correios e Telégrafos, no Natal, apresentando 10 motivos referentes ao Patrimônio Histórico. Admirando um dos aerogramas, reproduzindo obra de Aleijadinho, o Conselheiro Gilberto Ferrez lembrou, com relação a outra obra do mesmo artista, a Última Ceia, primeiro dos Passos da Via Sacra, que seu avô possuia uma foto da obra, antes de ser saqueada, a qual mostrava peças em estanho sobre a mesa,

que desaparecam. Sugeriu, a propósito, que, com base nas fotografias as peças fossem reproduzidas em uma das tantas fábricas de objetos de estanho existentes em Minas, e recolocadas em seu lugar. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, solicitou informação sobre notícia veiculada pelos jornais e pela televisão referente à saída do país de algumas obras do Aleijadinho. O Presidente esclareceu que a SPHAN recebeu expediente da Embratur relativo a uma exposição que se realizaria em Nova York, intitulada "de Aleijadinho a Niemeyer". Acrescentou que antes do processo ser enviado ao conselho, como de praxe, foi submetido ao exame dos órgãos técnicos da Subsecretaria, os quais, em seu parecer, alertaram para os problemas não apenas de ordem técnica, como também de ordem social, face à reação contrária manifestada pela comunidade local. Posteriormente, a Embratur enviou novo espediente à SPHAN, retirando a solicitação de saída do país das peças de Aleijadinho, o que motivou o arquivamento do processo. O Conselheiro Gilberto Velho fez uso da palavra para comunicar ao Conselho a homenagem feita, na data, pela manhã, ao Professor Manoel Diegues Junior, Ex-Diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, que estava encerrando sua carreira universitária recebendo o título de Professor Emérito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Propôs que o Conselho se manifestasse em apoio à homenagem, no que obteve a aprovação dos seus pares. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello pediu a palavra para manifestar sua estranheza face às notícias veiculadas pela imprensa, de tombamento do Estádio do Maracanã. O Presidente esclareceu existir realmente pedido de tombamento, estando o assunto sendo estudado pelos órgãos

técnicos da SPHAN, que ainda não se manifestaram. Acrescentou estar o processo em fase inicial de instrução, devendo seguir a tramitação normal da Subsecretaria, até sua apresentação ao Conselho. Sôbre o assunto, observou o Conselheiro Pedro Calmon ser matéria controversa, tendo o Conselheiro Eduardo Kneese acrescentado ser conveniente que o Conselho tenha conhecimento dêsses assuntos antes de sua divulgação, evitando assim, constrangimento aos Conselheiros. O Presidente, prosseguindo na reunião comunicou aos Conselheiros estar promovendo contatos com os Diretores dos grandes museus nacionais, no sentido do tombamento das coleções dêsses museus, em vista dos riscos de seu dismembramento por empréstimo de peças ou por outros motivos que possam ameaçar as coleções. Esclareceu estar o processo em fase inicial de instrução, já tendo havido recomendação aos Diretores dos museus para que façam o levantamento das coleções, a fim de que o assunto seja submetido ao Conselho. Neste sentido o Conselheiro Pedro Calmon sugeriu fosse incluído no assunto o tombamento do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual possúe, e cuja galeria é rica em quadros incluindo peças únicas. Ainda com a palavra, o Conselheiro Pedro Calmon lembrou que há 15 anos passados propôs o tombamento do prédio da Faculdade Nacional de Direito, à Rua Moncorvo Filho, prédio êste que abrigou o Senado do Império e da República. Esclareceu digo Esclareceu que na ocasião o então Reitor Prof. Drault Ernanny, se opôs ao tombamento, sob a alegação de que o edifício carecia de autenticidade. Acrescentou que em contatos recentes com aquele Professor, dêle ouviu a declaração de haver retirado a objeção. O Conselheiro informou ter então proposto ao Conselho

Universitário que endossasse a sua proposta de tombamento, no que foi secundado pelo atual Diretor da Faculdade, Prof. Celso Cesar Papaleo, tendo o Conselho Universitário aprovado aquela proposição. Observou ter sido o edifício realmente alterado, principalmente, pelo acréscimo de um andar, o que não justifica a digo justificava, entretanto, o seu desaparecimento, até porque não lhe fora subtraído o seu significado histórico e político, inclusive no tocante ao testemunho da experiência parlamentar que viveu o país durante mais de um século. Concluiu o Conselheiro encarecendo o empenho da SPHAN no exame da matéria. O Conselheiro Afonso Arinos pediu a palavra para dizer da existência de proposta estadual de tombamento de vários prédios, incluindo o do Senado, e sugerindo, a propósito, que a SPHAN faça contato com os órgãos estaduais para saber do andamento do assunto. Testemunhou, em favor da solicitação do Conselheiro Pedro Calmon, ter muitas vezes assistido às sessões do Senado, na esperança de ali ouvir Rui Barbosa. O Conselheiro Pedro Calmon acrescentou acreditar não existir atrito de atribuições em matéria de tombamento e que, no caso de haver proposta de tombamento estadual, esta viria reforçar o compromisso do Estado em apoiar as medidas a serem tomadas pelo Governo Federal. O Presidente, retomando a palavra, confirmou ter sido o processo de tombamento da Faculdade de Direito arquivado, a partir da objeção apresentada pelo Reitor, mas que, recentemente já determinara a reabertura do processo, o qual está em tramitação na 6ª Diretoria Regional da SPHAN. Acrescentou que a recomendação do Conselheiro Pedro Calmon e do Conselho Universitário virão, sem dúvida, reforçar o

Processo. Endossando opinião manifestada pelo Conselheiro Pedro Calmon esclareceu não haver incompatibilidade entre o tombamento estadual e o federal, porquanto pretende aquele afirmar a importância do bem a nível local e este, afirmar a sua importância a nível nacional, podendo coexistir dois, e até mesmo três tombamentos, com o municipal. Antes de encerrar a reunião o Presidente comunicou ao Conselho que a 5ª Diretoria Regional da SPHAN, cujo diretor se encontrava presente à reunião, está restaurando a Igreja de São Francisco, em Salvador e o magnífico Solar Berquó, obras das mais importantes realizadas pelo Patrimônio, atualmente. Ao ensejo da presença do Dr. Ary Guimarães, Diretor da 5ª DR, o Conselheiro Pedro Calmon encareceu que aquela Diretoria entrasse em contato com os orgãos estaduais para, uma digo, numa ação conjunta, promover a restauração do Paço do Saldanha, prédio, em Salvador, que pegou fogo, mas cuja fachada ainda está intacta, com seu magnífico portal. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Maria Eugênia Correa Lima, Secretaria, ad-hoc, lavrei a presente ata, que subscrevo juntamente (com o Presidente e demais membros do Conselho) digo, com o secretario do Conselho no exercício da Presidência e demais membros do Conselho.

Maria Eugênia

Afonso Arinos de Mello Franco
Pedro Calmon
Eduardo Cruz de Mello
Gilberto Ferrez
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Baltrão

Gilberto Velho
Roberto Cavalcanti de Albuquerque
Gerardo Britto Raposo Câmara
Solon Leontsinis
Alcidio Mafra de Souza
Américo Jacobina Lacombe

Ata da Centésima Quinta reunião ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura, realizada em doze de janeiro de mil novecentos e oitenta e quatro.

Às dezesseis horas do dia 12 de janeiro de 1984, no Salão Portinari, localizado no segundo andar do Palácio da Cultura, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, sendo Secretário o Senhor Joaquim Cavalcanti de Syra, presentes os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, Marc Justo Gueden, Eduardo Kneese de Mello, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Gilberto Velho, Gerardo Britto Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Alcidio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, Solon Leontsinis, substituindo o Diretor do Museu Nacional, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Alfredo Galvão, Roberto Cavalcanti de Albuquerque e José E. Mindlin. O Presidente abriu a sessão comunicando os resultados de sua ida à reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em Florença, na qual, São Miguel das Missões foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade. Comentou ter sido o processo de S. Miguel o de mais rápida